

*Ata da 48ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa  
do Estado da Bahia,  
em 24 de setembro de 2015.*

**Presidência do Senhor** Deputado Marcelo Nilo. À hora marcada, o Sr. Presidente, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão com o objetivo de **discutir os investimentos da Petrobras na Bahia nos próximos anos e a paralisação das obras do Estaleiro Enseada do Paraguaçu**, proposta pelo Deputado Hildécio Meireles. Compuseram a Mesa dos trabalhos os Srs.: Deputado Hildécio Meireles; Humberto Rangel, Diretor de Relações Institucionais da Enseada Indústria Naval, representando o Sr. Ricardo Alban, Presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb); Deputados Rosemberg Pinto, Eduardo Salles, Maria del Carmen e Bobô; Heráclito Arandas, Prefeito de Jaguaripe; Ricardo Alves, Assessor e representante da Sra. Maria Quitéria, Presidente da União dos Municípios da Bahia (UPB); Enéia Rangel, Secretária de Relações Institucionais, representando a Sra. Vera Lúcia, Prefeita de Maragogipe; Márcio Mendonça Cruz, Gerente de Relações Institucionais da Enseada Indústria Naval. O Sr. Presidente destacou a situação difícil que vive o Brasil, especialmente em relação à credibilidade e moral, ressaltando que é preciso dar condições para o País crescer e poder sair da crise. Explicou que precisaria se ausentar por conta de compromissos anteriormente assumidos e passou a condução dos trabalhos ao Deputado Eduardo Salles. Após a execução do Hino Nacional, o Deputado Hildécio Meireles, da Mesa, disse que a ideia de realizar a Sessão surgiu das discussões da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo desta Casa, ressaltando a relevância do tema para a economia baiana. Fez um histórico da exploração do petróleo no Brasil, que teve a Bahia como pioneira, quando em 1931 foi descoberto um poço em Salvador e em 1941, quando, em Candeias, foi aberto o primeiro poço comercial do País. Destacou que, apesar do pioneirismo, o Estado tem sido discriminado neste setor, sobretudo pela falta de investimento em pesquisa, manutenção e prospecção. Fez um relato sobre a construção do Estaleiro Enseada do Paraguaçu, que já está com 82% das obras concluídas e que será o maior centro industrial naval do Nordeste, com a criação de mais de 15 mil empregos diretos e indiretos. Ressaltou o peso da paralisação das obras para a população da região, exibindo vídeo sobre a realidade enfrentada atualmente por essas pessoas. Defendeu a mobilização de forças políticas e empresariais para dar uma solução rápida ao problema. Finalizou propondo a elaboração de uma carta que passará pela aprovação da Comissão de Infraestrutura e do Plenário. O Sr. Humberto Rangel apresentou slides com a história recente do empreendimento, explicando que o Consórcio Enseada Indústria Naval foi resultado da descoberta do pré-sal e possibilitou o retorno da indústria naval no Brasil, com foco no petróleo. Elogiou o papel

fundamental do Governo da Bahia na consolidação do estaleiro, que já teve R\$2,6 bilhões de investimento e R\$2,9 bilhões de receita bruta. Comentou a transferência de tecnologia entre os trabalhadores do estaleiro e a empresa japonesa Kawasaki, ressaltando a intenção de, a partir da retomada das obras, reabsorver grande parte do efetivo que foi desligado. Lamentou a situação de dificuldade dos municípios afetados pela paralisação das obras, especialmente pela perda de arrecadação, explicando que a Operação Lava Jato é uma das responsáveis pelo cenário atual, já que o principal cliente do estaleiro, a Sete Brasil, está sendo investigada. Propôs como solução substituir a empresa por novos investidores, trabalhando em ações concretas que deem garantias da continuidade do empreendimento. O Prefeito Heráclito Arandas defendeu que o foco da Sessão deve ser a paralisação das obras do estaleiro, lamentando a ausência da Prefeita de Maragogipe, principal Município afetado. Explicou que estava nesta Casa representando a população que sofre pelos investimentos feitos e viu o sonho transformado em pesadelo a partir do momento em que as obras foram paralisadas, ressaltando, inclusive, o aumento da violência na região. Disse que é preciso coragem para enfrentar o problema, questionando o que impede a continuidade da construção do empreendimento. Finalizou elogiando a realização desta Sessão e clamou à Comissão de Infraestrutura desta Casa para ajudar na recuperação da BA-534. O Deputado Eduardo Salles lamentou a “situação dramática” e o “caos social” enfrentado pelos Municípios do entorno do empreendimento, com o aumento da violência, do tráfico e da prostituição, expressando pesar pela ausência da Prefeita de Maragogipe. Propôs que a busca de encaminhamentos para a situação pode ser feita por uma solução temporária, através da reativação do Consórcio São Roque, e a luta em todas as instâncias para a retomada definitiva do empreendimento. O Deputado Rosemberg Pinto falou sobre a experiência dele enquanto coordenador de executivos da Petrobras de mobilização para o pré-sal. Opinou que o arranjo empresarial para a construção do estaleiro foi equivocado do ponto de vista da Sete Brasil, pois é muito difícil aportar dinheiro em algo que não tem um ativo, dizendo que é preciso admitir que houve erros de todas as partes. Argumentou que salvar a Petrobras está ligada à salvação da Enseada do Paraguaçu. Defendeu a contratualização sazonal para construir garantias para o investimento e finalizou dizendo que é preciso encontrar saídas para concluir a obra e tornar o local algo factível do ponto de vista empresarial, capaz de gerar empregos, bem como ressaltou a necessidade de a Petrobras voltar a ter importância econômica e política. O Sr. Presidente, Deputado Hildécio Meireles, passou a condução dos trabalhos para o Deputado Rosemberg Pinto e, da tribuna, defendeu a importância de unir as forças políticas da Bahia para buscar soluções e continuar com a esperança de conclusão das obras. Concordou com o Deputado Rosemberg Pinto sobre o erro no arranjo empresarial do empreendimento, considerando que o equívoco foi “originário”. O Sr. Humberto Rangel esclareceu que os acionistas da iniciativa privada da Sete Brasil são diferentes dos da Enseada Indústria Naval, explicando que a Sete é baseada em receitas futuras advindas da locação dos equipamentos e que seriam pagas pela Petrobras; ela levantaria financiamentos de longo

prazo que nunca chegaram e que levaram a uma situação de dificuldade. A Sra. Enéia Rangel garantiu que a Prefeita de Maragogipe está sensível à situação, justificando a ausência dela na Sessão. Explicou que, com o investimento na região por conta das obras, cresceram as demandas da Cidade, especialmente nas áreas de saúde e educação, defendendo que é hora de união e não de “transferência de culpa”. O Sr. Presidente leu documento previamente elaborado com o objetivo de conseguir a retomada das obras e, após a execução do Hino da Bahia, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a Sessão.

PRESIDENTE -

1º SECRETÁRIO -

2º SECRETÁRIO –